ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

# RELATÓRIO

---

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 67/XI**

**PLANO DE AÇÃO PARA FAZER FACE AO DESPEDIMENTO COLETIVO DA COFACO**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 859 Proc. n.º 109
Data: 013/03/14 N.º 67/XI

PONTA DELGADA
14 DE MARÇO DE 2018

## TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 28 de fevereiro de 2018, na Delegação da ALRAA na Madalena, Pico, e por videoconferência na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel, a fim de analisar e dar parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 67/XI - Plano de ação para fazer face ao despedimento coletivo da COFACO - com pedido de urgência.

## 1º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O presente Projeto de Resolução, cuja autoria pertence ao Grupo Parlamentar do PSD, foi apresentado ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.

## 2º. CAPÍTULO – APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE

O proponente, em sede de exposição de motivos, começa por salientar "que a COFACO é uma empresa presente na ilha do Pico desde 1963, sendo neste momento o maior empregador da ilha e que manteve sempre uma ligação de proximidade e carinho com as gentes da ilha, e particularmente da Madalena, tendo desempenhado durante muitos anos, para além do papel económico, um importante papel social e mesmo cultural".

Seguidamente, refere-se "que o encerramento da COFACO irá afetar diretamente cerca de 180 postos de trabalho […] sendo outros afetados de forma indireta, e ainda em causa a sobrevivência de unidades de comércio local e de pequenas empresas que lhe fornecem bens e serviços".

Neste contexto, sustenta-se "que o despedimento coletivo do maior empregador provado da ilha do Pico irá ter como consequência imediata o aumento drástico e repentino da taxa de desemprego nesta ilha".

Assim, em concreto, o proponente **"recomenda ao Governo Regional dos Açores, no prazo máximo de 2 meses, a elaboração de um Plano de Ação que atente aos trabalhadores e à economia da ilha e que verse as seguintes ações, entre outras consideradas relevantes pelo governo, a vigorar no período em que a fábrica estiver fechada:**

- **Criar um grupo de trabalho, que inclua representantes dos diversos órgãos do Governo Regional e das autarquias envolvidos no licenciamento e apoio ao investimento das unidades industriais, para acompanhar e assessorar o promotor COFACO, no sentido de agilizar e apoiar a definição estratégica do investimento;**

- **Apoiar e reforçar o enquadramento de projetos de autoemprego e de empreendedorismo em programas e instrumentos de apoio, promovendo o encaminhamento dos interessados para apoio técnico relevante;**

- **Permitir o enquadramento e abertura de cursos na Escola Profissional do Pico que possibilitem aos trabalhadores e às trabalhadoras da COFACO a oportunidade de terminarem a escolaridade obrigatória, nos dois anos que medeiam entre o encerramento e a abertura da nova unidade fabril;**

- **Autorizar a abertura de cursos na Escola Profissional do Pico que permitam aos trabalhadores e às trabalhadoras da COFACO a oportunidade de atualização de competências;**

- **Assegurar a majoração dos apoios sociais às famílias, nomeadamente através da majoração do subsídio de desemprego, por forma a garantir o mesmo nível de rendimento;**

- **Assegurar o pagamento da creche dos filhos dos funcionários da COFACO, no período que medeia entre o encerramento e a abertura da nova unidade fabril, situação que era assegurada pela entidade empregadora;**

- **Incentivar e ajudar a desenvolver atitudes de procura ativa de emprego;**

- **Promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais, de modo a potenciar o território e a empregabilidade;**

- **Desenvolver um Plano específico de divulgação da ilha do Pico e do Triângulo;**

- **Melhorar as acessibilidades à ilha do Pico, diretamente com o exterior da Região e no acesso a esta a partir de outras ilhas;**

- **Aumentar a disponibilidade de lugares, entre os meses de maio a outubro, nos voos para a ilha do Pico e do Triângulo.**

**Diligências efetuadas:**

A Comissão de Economia, sobre esta matéria, deliberou proceder à audição das seguintes entidades:

- Diretora da Escola Profissional do Pico;

- Presidente da Direção Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico – ACIP;

- Presidente da Câmara Municipal da Madalena.

A Comissão de Economia deliberou, por sugestão do Presidente da CE e com o acordo do Grupo Parlamentar do PSD, a dispensa da audição do Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, uma vez que tinha sido, previamente, ouvido, no âmbito de um conjunto de audições urgentes solicitado pelo Grupo Parlamentar do PS.

**A Comissão Permanente de Economia, no dia 28 de fevereiro de 2018, procedeu à audição da Diretora da Escola Profissional do Pico, do Presidente da Direção Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico – ACIP e do Presidente da Câmara Municipal da Madalena, na delegação da ALRAA na Madalena, Pico, e por videoconferência na delegação da ALRAA em Ponta Delgada, São Miguel.**

- **Audição da Diretora Pedagógica da Escola Profissional do Pico, Maria das Dores Silva:**

O Deputado Jorge Jorge apresentou a iniciativa e realçou que o encerramento da COFACO é uma tragédia económica e social para a Ilha do Pico, pelo que este Plano de Ação visa colmatar as consequências do despedimento coletivo e dotar os trabalhadores de novas qualificações, através da formação profissional.

A Diretora Pedagógica da Escola Profissional do Pico, Maria das Dores Silva, afirmou que a Direção da Escola reuniu com a Direção Regional do Emprego, no final de janeiro de 2018, tendo sido pedido pela Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Paula Andrade, a elaboração de um plano de formação e respetivo orçamento, para que a escola realizasse formação profissional aos desempregados da COFACO.

Paralelamente, a Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional fez um levantamento das necessidades da área de formação dos trabalhadores da COFACO, tendo estes manifestado preferência pela formação na área de transformação de pescado. Reiterou, ainda, a abertura e disponibilidade da escola profissional em realizar a formação pretendida.

O Deputado Jorge Jorge perguntou se a escola profissional tem capacidade para dar resposta a esta necessidade de formação dos trabalhadores da COFACO e se foram ouvidos os representantes dos trabalhadores.

A Diretora da Escola Profissional referiu que a escola tem capacidade para acolher mais formandos, ainda que possa haver necessidade de recrutar alguns técnicos e formadores. Acrescentou que foram os próprios trabalhadores que mostraram preferência pela área de transformação de pescado, com várias competências, embora a escola esteja disponível para lecionar noutras áreas.

Indicou, ainda, que a Rede Valorizar e a Direção Regional do Emprego transmitiram informação sobre as necessidades de formação, tendo a escola falado com os trabalhadores e responsáveis da COFACO, que concordaram com o plano de formação apresentado.

De seguida, o Deputado Mário Tomé perguntou quantas turmas serão criadas; em que áreas serão lecionados os cursos; quantas pessoas serão abrangidas pela formação e quando serão iniciados os cursos.

A Dra. Maria das Dores Silva respondeu que serão criadas 4 (quatro) turmas, de 20 (vinte) pessoas cada, para um total de 80 (oitenta) formandos, podendo chegar, se necessário, aos cento e vinte formandos. Entretanto, está a decorrer um curso de formação pedagógica de formadores, que conta com antigos funcionários da COFACO, da área alimentar, que ficarão aptos para lecionar na Escola Profissional. Indicou, também, que o curso de transformação de pescado terá 700 horas e poderá ser iniciado, assim que for aprovado o plano de formação e o orçamento.

A seguir, a Deputada Graça Silveira questionou se o curso de 700 horas abrangia as áreas de segurança e higiene (HACCP); quais são os cursos que a escola tem, atualmente; qual o nível de formação; se a escola vai contratar novos técnicos e formadores para o curso de manipulação de pescado; como será dividido o curso, ao nível de carga horária teórica, prática e diária.

Em resposta, a Dra. Maria das Dores Silva disse que módulo de HACCP está incluído nas 700 horas; que os cursos atuais são de nível 4, profissional, e abrangem a viticultura, enologia, comércio, receção, informática de gestão e animação turística. Além disso, os cursos a realizar enquadram-se no Reativar, sendo que, alguns, formadores serão recrutados em função das qualificações e o curso terá uma componente mista, dividida entre teórico/prático.

O Deputado António Lima questionou em que programa de financiamento, o curso de Reativar será integrado; qual é a escolaridade média dos trabalhadores da COFACO; e se as instalações da escola profissional têm a capacidade necessária para acomodar todos os trabalhadores.

A Diretora da Escola Professional esclareceu que o nível de qualificação, do curso de transformação de pescado, é de nível 2; que o apoio financeiro não provém do Reativar, mas presume que seja do Orçamento Regional. Disse ainda que a escola tem capacidade para as turmas previstas e que poderá fazer protocolos com outras entidades, de forma a colmatar lacunas existentes nas instalações e nos equipamentos.

Interveio o Deputado Marco Costa para perguntar se a Diretora da Escola tem informação sobre a empregabilidade e integração no mercado de trabalho dos alunos dos cursos Reativar; e se já tem informação da abertura do Governo Regional em financiar a abertura de novos cursos profissionais.

Por sua vez, o Deputado Mário Tomé questionou se os trabalhadores da COFACO têm manifestado alguma resistência em aderir à formação, por eventuais dificuldades no transporte.

A Dra. Maria das Dores Silva respondeu que a escola não tem nenhum estudo feito junto dos trabalhadores para analisar a adesão, tendo recebido informação da Diretora Regional do Emprego, sobre as necessidades de formação. Informou que a escola faz, habitualmente, um inquérito no final dos cursos Reativar, tendo concluído que a empregabilidade ronda os 80% e a reação tem sido muito positiva.

Considera, ainda, que os cursos profissionais (ensino profissional) devem ser lecionados nas Escolas Profissionais e não no Ensino Regular, não tendo conhecimento de medidas extraordinárias sobre o financiamento dos cursos. Afirmou que há menos pessoas inscritas nas agências de emprego, pelo que há menos procura pelos cursos profissionais.

Por fim, a Deputada Graça Silveira perguntou se o nível de formação dos trabalhadores da COFACO poderá ser superior ao nível de 2, com a dupla certificação e em função da escolaridade de cada pessoa.

Em resposta, a Diretora argumentou que os trabalhadores da COFACO poderão sair do curso, com formação superior ao nível 2, dupla certificação, em função da sua escolaridade.

- **Audição do Presidente da Direção Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico – ACIP, Rui Lima:**

O Deputado Jorge Jorge referiu que o plano de ação vai mais além da COFACO e abrange os próximos dois anos, tendo pedido a opinião do representante da ACIP sobre as medidas previstas no plano de ação; se estas medidas são importantes e qual o papel que a ACIP poderá ter neste processo.

Em resposta, o Presidente da ACIP referiu que está de acordo com todas medidas que favoreçam a ilha do Pico. Considera que o papel da ACIP é mais abrangente e vai para além da COFACO, uma vez que a ACIP tem tido a preocupação de pensar a economia do Pico como um todo e não só na COFACO.

De seguida, o Deputado Mário Tomé perguntou se a ACIP considera positivo o aumento da oferta de lugares de transporte aéreo; bem como o aumento do número de toques, pela Atlânticoline, relativos à operação de transporte marítimo. Questionou ainda sobre a promoção do Triângulo e da Ilha do Pico e sobre as medidas no âmbito do emprego e formação.

O Presidente da ACIP disse que as medidas tomadas pelo Governo Regional, no aumento do número de lugares nos transportes aéreos, são positivas, mas considera fundamental garantir mais condições de operacionalidade adequadas, pelo que não faz sentido pedir voos sem estas garantias. Considera que a promoção realizada tem sido excelente. Referiu, ainda, que não consegue garantir que quando a fábrica abrir, haja mão-de-obra disponível, apesar das medidas em curso, no âmbito do emprego e formação serem boas.

O Deputado António Lima fez referência à capacidade e necessidade de mão de obra do tecido empresarial do Pico, perguntando sobre as reais necessidades de formação profissional no Pico e se o tecido empresarial da ilha tem capacidade para absorver, já, os trabalhadores da COFACO.

O representante da ACIP respondeu que as necessidades de formação, atuais, são na área de turismo, restauração e hotelaria, mas o setor da vinha tem tido muita procura de mão-de-obra e tem vindo a recrutar, podendo absorver alguns dos trabalhadores da COFACO, com menores qualificações.

Já a Deputada Graça Silveira perguntou se o Pico quer voltar a apostar na indústria conserveira ou diversificar a atividade económica, e se considera que existe procura ativa de emprego e desemprego no Pico.

Em conclusão, o Presidente da ACIP afirmou que há dificuldade em recrutar trabalhadores no Pico, não existindo procura ativa de emprego, o que indicia que as pessoas estão satisfeitas com a sua situação. Entende que se deve abordar o futuro da economia e a sua diversificação.

- **Audição do Presidente da Câmara Municipal da Madalena (CMM), José António Soares:**

O Deputado Jorge Jorge apresentou a iniciativa e perguntou se o Presidente da Autarquia considerava importante a criação do grupo de trabalho, com funcionários do Governo e da própria Autarquia e se valida o plano de ação proposto.

O Presidente da Câmara da Madalena afirmou que está sempre disponível para colaborar com o Governo, em prol do interesse regional e da ilha do Pico. Entende que o plano de ação é interessante, essencialmente devido ao reforço da formação profissional, que se traduz numa mais valia para o futuro dos trabalhadores da COFACO, pela aquisição de novas competências.

O Deputado Mário Tomé mencionou que o despedimento coletivo vai abranger cerca de 165 trabalhadores da COFACO, alguns próximos da idade legal da reforma, pedindo a confirmação destes dados. Questionou se as medidas adotadas desde o despedimento coletivo, como o plano de formação profissional elaborado pela Escola Profissional e apresentado ao Governo, bem como as medidas anunciadas pela Atlânticoline e SATA, no reforço das acessibilidades, respondem ao que está previsto no Projeto de Resolução.

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que tinha conhecimento da existência de algum absentismo, tendo em conta o número de trabalhadores da COFACO. Acrescentou que a formação profissional é muito importante e não apenas os trabalhadores da COFACO, pelo que defende a abertura de mais cursos profissionais, noutras áreas. O reforço das acessibilidades e das ligações do canal são fundamentais para a ilha do Pico, por questões de trabalho e de saúde, principalmente, subsistindo, ainda, alguns constrangimentos nos transportes. As medidas, extraordinárias, propostas são importantes para minimizar os impactos negativos do que aconteceu no Pico.

A Deputada Graça Silveira perguntou se as partes resolutivas desta iniciativa correspondem às prioridades identificadas pelo Município da Madalena, com vista a fomentar a criação de emprego jovem e qualificado e a criar uma economia mais sólida. Questionou ainda sobre a taxa de empregabilidade dos jovens abrangidos pelo Estagiar T e L.

Às perguntas colocadas, o Presidente da Câmara disse que concordava com o Projeto de Resolução, pois defende a criação de outros cursos profissionais, para fomentar a economia e a

empregabilidade, sobretudo de pessoas mais qualificadas. Apesar de não ter dados suficientes, considera que tem havido absorção dos jovens no mercado de trabalho, principalmente em novas empresas.

O Deputado António Lima perguntou em que áreas há necessidade de formação; se tem conhecimento de necessidade de mão-de-obra em alguns setores; porque motivo isso acontece e qual a capacidade da economia da Madalena em absorver desempregados da COFACO.

O Presidente da Autarquia referiu que se deve virar a formação para área do turismo (hotelaria e restauração) e área da viticultura, onde há falta de mão de obra especializada. Entende que há problemas culturais e de remuneração, que condicionam a aceitação de emprego nestes setores, pelo que se deveria rever os valores pagos ao abrigo de alguns programas de inserção profissional e do subsidio de desemprego. Considerou, ainda, que a economia da Madalena pode ter dificuldade em absorver os 160 trabalhadores, mas, num cenário otimista, os novos projetos em curso podem gerar mais de 160 postos de trabalho.

Já o Deputado Miguel Costa realçou que o conjunto de investimentos em curso, sobretudo no turismo, demonstram que a economia está a crescer e a atrair investimento, perguntando se este crescimento não permite encarar o problema da COFACO de outra forma, embora reconhecendo a importância da manutenção da industria no Pico, e se isso, também, não significa que a economia da Madalena e do Pico já está diversificada e não totalmente dependente da COFACO.

Por sua vez, o Deputado Marco Costa perguntou se tinha informação referente ao regresso de imigrantes que trabalhavam na COFACO, aos países de origem e se a Autarquia já foi informada de eventuais, alternativas de financiamento para a Escola Profissional.

O Deputado António Vasco Viveiros perguntou se faria sentido dar prioridade a outro tipo de formação, adiando para 2019, a formação sobre transformação de pescado. Questionou, ainda, se faria sentido criar um programa de incentivos, que comparticipasse o investimento no alojamento local, apenas na ilha do Pico, com critérios de qualidade e que criasse pelo menos um posto de trabalho. Por fim, perguntou que tipo de investimento seria relevante para atenuar a sazonalidade no Pico.

Às perguntas colocadas, o Presidente da Autarquia respondeu que a COFACO continua a ser importante para a economia do Pico, mesmo com a diversificação da economia. Se, nos próximos tempos, todos os desempregados provenientes da COFACO conseguirem arranjar emprego, isso seria uma excelente notícia e sinal do crescimento da economia. O Autarca disse ainda que mesmo que a COFACO desaparecesse, a economia do Pico iria sobreviver, apesar de algum impacto.

Acrescentou que o Turismo tem gerado boas perspetivas, mas ainda não são certezas. Continuam a existir dificuldades em manter população no Pico, principalmente os jovens. Quanto ao regresso de imigrante, ouviu falar, embora não tenha confirmação que haja pessoas a regressar aos países de origem. Informou que não tem conhecimento sobre alternativas de financiamento para a Escola Profissional.

O Autarca referiu que considera adequado adiar a formação sobre a transformação de pescado, para 2019, dando prioridade a formações noutras áreas. De qualquer forma, a formação prestada em 2018 vai permitir que os trabalhadores adquiram competências mais cedo. Relativamente à comparticipação dos investimentos em alojamentos locais, considera interessante a proposta, como uma medida temporária e que gere emprego.

Além disso, considerou que o investimento mais importante para a ilha é a reabilitação dos Estaleiros Navais da Madalena, pela importância que têm para a Madalena e para a Ilha do Pico, pois permitirá criar emprego no Inverno, com as reparações e manutenções de embarcações.

A Deputada Graça Silveira realçou lhe parece muito tempo, alocar 700 horas para um curso de transformação de pescado, pois apesar de ser importante, considera primordial aumentar as exigências e competências e não fazer mais do mesmo, pelo que deveria ser repensado o conteúdo dos módulos e outras valências, fazendo uma ligação à restauração.

O Deputado Mário Tomé afirmou que concordava com a introdução de novas valências e aquisição de novas competências para os trabalhadores.

Por sua vez, o Deputado Jorge Jorge abordou o assunto das acessibilidades e os problemas resultantes dos cancelamentos de voos, na época baixa, perguntando se considera fundamental que o ILS e o grooving estejam a funcionar na pista do Pico.

Em conclusão, o Presidente da Câmara Municipal da Madalena referiu que a melhoria das acessibilidades tem sido uma reivindicação, pois considera importante ter o ILS a funcionar e o grooving implementado. Além disso, entende que o porto da Madalena tem problemas, no saco do porto, que devem ser resolvidos, à semelhança do que se verifica no porto de São Roque do Pico, que está limitado.

A Comissão de Economia solicitou os seguintes pareceres por escrito:

- Ass. de Pescadores de Atum e Similares dos Açores;
- União Geral de Trabalhadores dos Açores;
- CGTP-IN Açores;

## 3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emite parecer de **abstenção**, com reserva e posição para Plenário, relativamente ao presente Projeto de Resolução.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite parecer **favorável** ao presente Projeto de Resolução.

O **Grupo Parlamentar do CDS/PP** emite parecer de **abstenção**, com reserva e posição para Plenário, relativamente ao presente Projeto de Resolução.

O **Grupo Parlamentar do BE** emite parecer de **abstenção**, com reserva e posição para Plenário, relativamente ao presente Projeto de Resolução.

## 4º. CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD e a abstenção do PS, CDS-PP e BE, emitir **parecer favorável, com reserva de posição para Plenário,** ao presente Projeto de Resolução.

Ponta Delgada, 14 de março de 2018.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório são anexos os pareceres por escrito.

O Presidente

Miguel Costa

# CGTP-IN/AÇORES

Exmo. Senhor
**Presidente da Comissão**
**Permanente de Economia**
Rua Marcelino Lima

9901 – 858 Horta

V/Referência, N/Referência, **02 CGTP-IN/Açores** Data, 19-mar-18

**ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 67/XI – "PLANO DE ACÇÃO PARA FAZER FACE AO DESPEDIMENTO COLECTIVO DA COFACO – COM PEDIDO DE URGÊNCIA"**

Exmo. Senhor

A CGTP-IN/Açores vem, por este meio, e relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, enviar (em anexo) o Parecer sobre o Projecto de Resolução Nº 67/XI.

Com os melhores cumprimentos.

O Coordenador da CGTP-IN/Açores

João Deus Matos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
*ARQUIVO*
Entrada 922 Proc. n.º 109
Data: 018/03/20 N.º 67/XI

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES-INTERSINDICAL NACIONAL/AÇORES
Rua do Peru, 101, 9500-340 PONTA DELGADA | Telefone: 296 282319 | Fax: 296 284275
E-mail: ussmsm.servicos@gmail.com

**PARECER SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 67/XI - "PLANO DE ACÇÃO PARA FAZER FACE AO DESPEDIMENTO COLETIVO DA COFACO – COM PEDIDO DE URGÊNCIA"**

Para a CGTP-IN/Açores o encerramento da Fábrica da COFACO da Ilha do Pico e o despedimento colectivo de todos os trabalhadores da unidade fabril (162 trabalhadores), terá consequências gravíssimas em todo o mercado de trabalho na ilha do Pico, colocando-a na iminência de uma catástrofe económica e social de grandes proporções e cujos efeitos se agravarão com o aprofundar do círculo vicioso da recessão e do aumento do desemprego a nível local.

Neste contexto, consideramos a busca de alternativas e a reconversão económica da ilha revestem-se, naturalmente, de uma importância prioritária. São por isso importantes e positivas todas as medidas, que reconhecendo a especificidade da situação existente na ilha Pico, visam atrair investimento e favorecer a criação de emprego, nomeadamente as majorações de apoios, isenções diversas e benefícios fiscais para as empresas.

Face ao exposto, o nosso parecer é positivo, contudo consideramos que nos apoios aos trabalhadores desempregados da COFACO do Pico e aos desempregados da Ilha Pico, a majoração do subsídio de desemprego, deve ser feito em termos de montante e de prazo, permitindo assim que no imediato não exista uma perda muito significativa do poder de compra e permitindo que o tecido empresarial, tenha espaço para se adaptar e ultrapassar a situação.

Ponta Delgada, 19 de Março de 2018

Pel'A Comissão Coordenadora da CGTP–IN/Açores

João Deus Mota

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES-INTERSINDICAL NACIONAL/AÇORES
Rua do Peru, 101, 9500-340 PONTA DELGADA | Telefone: 296 282319 | Fax: 296 284275
E-mail: ussmsm.servicos@gmail.com